

OS ECONOMISTAS E A ORDEM DOS ECONOMISTAS

**ORIGENS E AFIRMAÇÃO
DE UMA PROFISSÃO**

**Ana Tomás
Nuno Valério**

(GHES — ISEG — ULisboa)

Introdução

- 1** – Comercialistas e economistas do século 18 ao século 20
- 2** – Escolas superiores e associações profissionais das vésperas da Primeira Guerra Mundial ao segundo após guerra do século 20
- 3** – Dos comercialistas aos economistas no terceiro quartel do século 20
- 4** – Emergência formal da gestão e enquadramento da profissão na nova república democrática – a Associação Portuguesa de Economistas
- 5** – A Ordem dos Economistas

Conclusão

Anexos

- Anexo 1** – Cronologia do ensino comercial, de economia, de finanças e de gestão
- Anexo 2** – Cronologia das associações profissionais de comercialistas e de economistas
- Anexo 3** – Presidentes da Direção da Associação Portuguesa de Economistas
- Anexo 4** – Síntese de Conferências, Encontros e Congressos Nacionais de Economistas organizadas pela APEC
- Anexo 5** – Presidentes das estruturas da Ordem dos Economistas
- Anexo 6** – Membros honorários da Ordem dos Economistas
- Anexo 7** – Títulos de economista emérito atribuídos pela Ordem dos Economistas
- Anexo 8** – Congressos dos Economistas organizados pela Ordem
- Anexo 9** – Cronologia das ordens profissionais
- Anexo 10** – Associações nacionais de economistas membros da International Economic Association
- Anexo 11** – Presidentes e congressos da International Economic Association
- Anexo 12** – Seminários Ibéricos de Economistas

Introdução

Em qualquer sociedade humana existem atividades económicas e essas atividades exigem atividades complementares de cálculo económico e tomada de decisão que hoje se associam à ciência económica e à gestão. Porém, a especialização profissional dessas atividades e a formalização escolar da preparação para elas foram tardias na evolução da humanidade.

Na sociedade portuguesa, essa especialização profissional e essa formalização escolar podem identificar-se a partir da segunda metade do século 18, embora só em finais do século 19 e princípios do século 20 tenham adquirido primeiro o nível superior, depois a organização profissional, que hoje se lhe conhecem. É a história da emergência da profissão de economista e da sua organização profissional, hoje a Ordem dos Economistas, que se procura sintetizar neste texto.

Encontra-se no anexo 1 uma síntese dos principais factos relacionados com o ensino comercial, da economia, das finanças e da gestão em Portugal e no anexo 2 uma síntese dos principais factos relacionados com as organizações profissionais de comercialistas e economistas que existiram e existem em Portugal.



1 – Comerciantes e economistas do século 18 ao século 20

O ensino comercial do século 18 ao século 20

O primeiro estabelecimento de formação escolar de pessoal especializado para tarefas de apoio contabilístico e de cálculo económico em unidades empresariais, sobretudo do ramo comercial, e na administração pública que existiu em Portugal foi a Aula de Comércio, a qual começou a funcionar em 1759.

A sua criação fora determinada aquando da criação da Junta do Comércio em 1756:

“Porque a falta de arrecadação de livros, redução de dinheiros, de medidas, e de pesos, intelligencia de cambios, e das mais partes, que constituem hum perfeito Negoceante, tem sido de grande prejuizo ao commercio destes Reynos, se deve estabelecer por esta Junta, huma Aula, em que [...] se faça presidir hum, ou dous Mestres, dos mais peritos, que se conhecerem, determinandolhes ordenados competentes, e as obrigaçoens, que são proprias de tão importante emprego.”

(Capítulo 16 dos Estatutos da Junta do Comércio, aprovados por Alvará de 12 de dezembro de 1756)

Tratou-se de uma das medidas da política de fomento levada a cabo no terceiro quartel do século 18 pelo Secretário de Estado Sebastião José de Carvalho e Melo, habitualmente conhecido pelo título de Marquês de Pombal que o rei José I lhe concedeu em 1770, depois de em 1759 o ter já elevado à grandeza, com o título de Conde de Oeiras.

A Aula de Comércio foi depois integrada em 1844 no Liceu de Lisboa com o nome de Secção Comercial e esta Secção Comercial foi fundida em 1869 com o Instituto Industrial de Lisboa, que passou a denominar-se Instituto Industrial e Comercial de Lisboa.

O curso que se ministrava na Aula de Comércio e depois na Secção Comercial do Liceu de Lisboa, mais tarde na Secção Comercial do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, era inicialmente apenas de nível secundário ou médio, isto é, mais elevado do que o ensino primário, cuja frequência com aproveitamento era, aliás, necessária para lhe aceder, mas inferior ao ensino superior, reservado à Universidade de Coimbra e a algumas escolas superiores de Lisboa e do Porto.

Data de 1884 a primeira tentativa de criar um Curso Superior de Comércio, a ser lecionado no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa juntamente com o tradicional ensino comercial de nível médio, cuja conclusão com aproveitamento era necessária para lhe aceder, em alternativa com a conclusão de determinadas disciplinas do ensino liceal. E data de 1886 a primeira tentativa de reproduzir no Porto o ensino comercial existente na capital, através da criação do Instituto Industrial e Comercial do Porto.

Estas tentativas revelaram-se parcialmente efémeras. As dificuldades das finanças públicas no início da última década do século 19 levaram à supressão do Curso Superior de Comércio em 1891. É certo que o Curso Superior de Comércio foi restaurado em 1896 e definitivamente estabelecido com características já semelhantes às que haveriam de permanecer nas décadas seguintes em 1898, mas apenas no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, mantendo-se no Instituto Industrial e Comercial do Porto apenas o ensino comercial de nível médio. Foi esta a situação que se manteve até às vésperas da Primeira Guerra Mundial.

Comercialistas destacados entre o século 18 e o século 20

Os diplomados da Aula de Comércio e depois do Curso Superior de Comércio recebiam a designação profissional informal de comercialistas. Entre eles contaram-se personalidades que desempenharam papéis de grande relevo em diversas atividades na sociedade portuguesa. Exemplos significativos foram os de:

- Carlos Morato Roma (1797-1862), lente da Aula de Comércio e primeiro Presidente da Direção do Banco de Portugal;
- Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo (1810-1877), conhecido sobretudo pelo seu trabalho nos domínios da literatura e da historiografia;
- Rodrigo Afonso Pequeto (1849-1931), professor do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa e depois do Instituto Superior de Comércio, primeiro comercialista a desempenhar funções no Governo como Ministro da Fazenda em 1904;
- Alfredo da Silva (1871-1942), empresário, fundador do grupo empresarial da Companhia União Fabril;
- António José Malheiro (1879-1947), funcionário público, Diretor-Geral da Contabilidade Pública desde a época da Primeira Guerra Mundial até ao imediato segundo após guerra.

Uso do termo economista em finais do século 19

Se a denominação profissional informalmente consagrada era a de comercialista, o termo economista não era desconhecido nesta época, mas designava, ainda mais informalmente, alguém que refletia sobre problemas económicos, quer de natureza micro, quer de natureza macro. É o que mostra a lista de economistas biografados no Dicionário Histórico dos Economistas Portugueses e é confirmado, por exemplo, pela utilização do termo por Eça de Queiroz no seu romance A Illustre Casa de Ramires, publicado em 1900:

“— Olhe, Sr.^a D. Graça, [...] Eu não acredito [...] na Africa. [...] Boa para vender, minha senhora ! [...] é como essas quintarolas, meio a monte, que a gente herda [...] numa terra muito bruta, muito distante [...] só habitada por cabreiros, e com sezões todo o ano [...].

— O quê !, vender o que tanto custou a ganhar, com tantos trabalhos no mar, tanta perda de vida e fazenda ?!

[...]

— [...] Vossa Excelencia fala como fidalga, neta de fidalgos. Mas eu como economista.”

(Eça de Queiroz, A Illustre Casa de Ramires, capítulo XII)

Vale a pena notar que João Gouveia, a personagem que se autodenomina economista, é administrador do concelho (fictício) de Vila Clara, portanto bacharel em Direito, tal como, aliás, o próprio romancista, que também foi administrador de concelho em Leiria. Pode questionar-se se Eça também se consideraria economista, embora não o tenha afirmado e não partilhasse, certamente, as opiniões da sua personagem sobre a gestão conveniente das colónias africanas.

2 – Escolas superiores e associações profissionais das vésperas da Primeira Guerra Mundial ao segundo após guerra do século 20

O ensino comercial das vésperas da Primeira Guerra Mundial ao segundo após guerra do século 20

Os governos da Primeira República realizaram uma reforma dos Institutos Industriais e Comerciais de Lisboa e do Porto, procurando adequar melhor o ensino proporcionado por essas escolas técnicas às necessidades da economia portuguesa.

Essas necessidades eram reconhecidas logo no preâmbulo do Decreto com força de Lei de 23 de maio de 1911, do Governo Provisório da República, que determinou os primeiros passos dessa reforma:

“O nosso atraso provém apenas da insuficiencia do nosso ensino technico, insuficiencia que hontem era um mal e hoje é um perigo, dada a luta de competencias que é preciso suportar na concorrencia aos mercados de todo o mundo.”

(do preâmbulo do Decreto com força de Lei de 23 de maio de 1911)

No caso do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, a reforma consistiu na sua divisão em quatro escolas, separando dele logo em 1911 duas escolas de nível superior:

- o Instituto Superior Técnico, escola de formação industrial de nível superior;
- o Instituto Superior de Comércio, escola de formação comercial de nível superior;

e dividindo em 1918 a escola de ensino médio resultante da separação das escolas de nível superior em duas:

- o Instituto Industrial de Lisboa, escola de formação industrial de nível médio;
- o Instituto Comercial de Lisboa, escola de formação comercial de nível médio.

Pela mesma altura foi feita igual divisão da escola de ensino médio que era o Instituto Industrial e Comercial do Porto em duas:

- o Instituto Industrial do Porto, escola de formação industrial de nível médio;
- o Instituto Comercial do Porto, escola de formação comercial de nível médio.

Ainda em 1918 procurou-se consolidar a existência do ensino comercial superior através da criação do Instituto Superior de Comércio do Porto, com uma estrutura em tudo idêntica à do Instituto Superior de Comércio de Lisboa. Foi esta a segunda tentativa de reproduzir no Porto a formação comercial superior anteriormente existente em Lisboa.

Por fim, em 1921 realizou-se uma tentativa de estender o ensino industrial e comercial médio a Coimbra, através da criação de um Instituto Industrial e Comercial de Coimbra.

Com o estabelecimento da Ditadura Militar em 1926 e depois do Estado Novo em 1933 a continuidade deste esforço foi parcialmente posta em causa. Desde logo, o Instituto Industrial e Comercial de Coimbra foi extinto em 1926. É certo que o Instituto Superior de Comércio de Lisboa foi integrado no ensino universitário, mais precisamente na Universidade Técnica de Lisboa, com o nome de Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, em 1930. Em contrapartida, porém, o Instituto Superior de Comércio do Porto foi extinto em 1933. A existência do ensino superior comercial no Porto mostrou-se, assim, mais uma vez efémera.

Associações profissionais das vésperas da Primeira Guerra Mundial ao segundo após guerra do século 20

A primeira associação profissional dos comercialistas portugueses foi criada em 1913, exatamente com a denominação de Associação dos Comercialistas Portugueses. Tinham estatutariamente possibilidade de ser membros da Associação os diplomados com o Curso Superior de Comércio e, depois da criação do Instituto Superior de Comércio de Lisboa e do Instituto Superior de Comércio do Porto, os diplomados com os cursos superiores Aduaneiro, de Comércio, Consular e de Finanças neles lecionados, ou com o curso complementar de Ciências Económicas e Comerciais, denominação aplicada a partir de 1926 ao conjunto desses cursos. Foi essa Associação o principal instrumento de visibilidade e intervenção social da profissão até à década de 1930, embora a Associação tivesse a sua sede em Lisboa e a partir de 1926 funcionasse no Porto uma Associação dos Comercialistas do Norte de Portugal.

Também neste aspeto a época da Ditadura Militar e do Estado Novo trouxe novidades. Em primeiro lugar, o Decreto que criou a Universidade Técnica de Lisboa reconheceu às escolas que nela foram integradas a faculdade de conferir os graus de licenciado e de doutor, correspondendo às licenciaturas títulos profissionais. No caso do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras o título profissional era o de diplomado com o curso de ciências económicas e financeiras e não o de comercialista. Isto correspondia à aceitação implícita do critério de admissão da Associação dos Comercialistas Portugueses, que apenas aceitava como membros os titulares das agora denominadas quatro secções do curso de Ciências Económicas e Financeiras, enquanto o título profissional atribuído pelo Decreto era extensivo aos titulares de apenas uma secção. O título profissional legal não foi estendido aos diplomados do Instituto Superior de Comércio do Porto, aliás extinto pouco tempo depois. É claro que os titulares das quatro secções do curso da antiga escola superior do Porto continuaram a receber informalmente o título de comercialistas e a poderem inscrever-se na Associação dos Comercialistas Portugueses.

Pouco tempo depois, porém, o Decreto-Lei n.º 23050 de 23 de setembro de 1933 regulou a formação de associações profissionais no quadro da nova organização corporativa estabelecida pela Constituição entrada em vigor em 11 de abril de 1933 e pelo Estatuto do Trabalho Nacional aprovado pelo Decreto-Lei n.º 23048 também de 23 de setembro de 1933. Nos seus termos, as profissões livres (como era o caso dos comercialistas) deveriam organizar-se num único sindicato nacional, com sede em Lisboa, que poderia ter secções distritais (§ único do artigo 3.º). Permitia, entretanto, a mesma disposição legal que três dessas profissões – os advogados, os engenheiros e os médicos – se organizassem como ordens. Formalmente, uma Ordem distinguia-se de um Sindicato pela delegação de poderes públicos, justificada pelo interesse público no desempenho da profissão, o que era suposto não ocorrer com a profissão de comercialista. Na prática, a questão do prestígio social associado à denominação de Ordem para a associação profissional era igualmente decisiva.

A Associação dos Comercialistas Portugueses reagiu reclamando para a associação profissional dos comercialistas tratamento idêntico ao que fora concedido às associações das três profissões referidas, com o argumento de que os comercialistas desempenhavam igualmente funções de interesse público, quer no setor privado, particularmente na fiscalização das sociedades anónimas, quer no setor público. Sem êxito, pelo que foi transformada em 1935 no Sindicato Nacional dos Comercialistas, extinguindo-se ao mesmo tempo a Associação dos Comercialistas do Norte de Portugal.

A princípio, o Sindicato Nacional dos Comercialistas continuou a admitir como membros apenas os titulares do curso complementar de Ciências Económicas e Comerciais ou das quatro secções do curso de Ciências Económicas e Financeiras. A situação mudou, todavia, a partir de 1941. Passaram então a ser admitidos como membros todos os diplomados com qualquer das secções do curso de Ciências Económicas e Financeiras, desaparecendo, deste modo, na prática, a distinção entre comercialista e diplomado em ciências económicas e financeiras.

Em contraponto, constituiu-se no mesmo ano de 1941 a Sociedade de Ciências Económicas, organização de divulgação cultural e científica, que manteve alguma atividade ao longo dos anos seguintes, deixando, contudo, de funcionar a partir de 1948.

Primeiras comercialistas e comercialistas exercendo funções governativas entre a Primeira Guerra Mundial e o segundo após guerra do século 20

Foi no ano letivo de 1916-1917 que pela primeira vez se inscreveu no Instituto Superior de Comércio de Lisboa uma estudante do sexo feminino, Catarina Nunes (1895-1946), que viria a concluir o Curso Superior de Comércio em 1921. Pode dizer-se que foi ela a primeira comercialista portuguesa. O número de senhoras comercialistas foi depois aumentando gradual, mas muito lentamente, entre as duas guerras mundiais.

Também não foi muito grande o número de comercialistas chamados a importantes cargos públicos, nomeadamente governamentais, neste período, apenas se podendo referir:

- Francisco António Correia (1877-1938), diplomado pelo Instituto Industrial e Comercial de Lisboa e professor do Instituto Superior de Comércio de Lisboa, Ministro dos Negócios Estrangeiros em 1920 e Ministro das Finanças em 1921;

- António Curson (1873-1956), diplomado pelo Instituto Industrial e Comercial do Porto e professor do Instituto Superior de Comércio de Lisboa, Ministro do Comércio em 1921.

Pode sugerir-se que o facto de a economia e a sociedade portuguesas terem ainda apenas um nível de desenvolvimento intermédio estava a dificultar a afirmação da profissão.

3 – Dos comercialistas aos economistas no segundo após guerra do século 20

Reconhecimento do caráter científico da economia e extensão do seu ensino no segundo após guerra do século 20

Entretanto, se o termo comercialista continuava a designar, agora mais ou menos formalmente, os diplomados das escolas superiores de comércio, ou de ciências económicas e financeiras, o termo economista, continuando a ser a designação informal de quem refletia sobre questões micro e macroeconómicas, começava gradualmente a evocar um perfil 'científico', como explicado por Joseph Schumpeter na sua *História da Análise Económica*, publicada postumamente em 1954:

“What distinguishes the ‘scientific’ economist from all the other people who think, talk and write about economic topics is a command of techniques that we class under three heads: history, statistics and ‘theory’.”

(Joseph Schumpeter, *History of Economic Analysis*, capítulo 2, página 48)

A associação da denominação de economista a esse perfil 'científico' introduziu-se gradualmente com o uso das expressões 'ciência económica' e 'ciências económicas e financeiras' na legislação portuguesa do período entre as guerras mundiais. Pode, contudo, afirmar-se que foi na reforma dos cursos do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa em 1949 que ela se impôs definitivamente. Foi nos cursos de licenciatura em Economia e em Finanças então criados que primeiro as correntes neoclássica e keynesiana da ciência económica, mais tarde as técnicas modernas de gestão, entraram no ensino e na prática profissional em Portugal.

Alguns anos depois, em 1953, foi criada a Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Particularmente relevante foi o facto de esta terceira tentativa de estabelecer no Porto uma escola superior neste domínio científico ter tido finalmente continuidade.

O Sindicato Nacional dos Comercialistas no segundo após guerra do século 20

Em 1950, o Sindicato Nacional dos Comercialistas foi anfitrião no Porto do 12.º Congresso Internacional de Economistas e do 1.º Congresso da CIADEC (Confédération Internationale des Associations de Diplomés en Sciences Économiques et Commerciales). Na sequência dessa iniciativa, o Sindicato procurou relançar junto do Governo a questão da sua transformação numa ordem, para a qual propôs a denominação de Ordem dos Técnicos-Economistas. Talvez devido ao peso que os setores de oposição política ao Estado Novo detinham no Sindicato, não só a proposta foi rejeitada, como o Governo procurou enfraquecer o Sindicato forçando os membros que eram funcionários do Estado (Despacho de 3 de setembro de 1952) ou administradores de empresas (Despacho de 24 de novembro de 1952) a abandoná-lo e recusando sistematicamente a partir de 1952 a homologação dos corpos gerentes eleitos. A normalização da atividade do Sindicato só se verificaria em 1973.

Entretanto, realizaram-se na década de 1950 os primeiros Congressos dos Economistas, organizados, não pelo Sindicato Nacional dos Comercialistas, mas pelo Centro de Estudos Económicos do Instituto Nacional de Estatística e pela Associação Industrial Portuguesa. O primeiro teve lugar em 1955 em Luanda com o tema 'Problemas da industrialização metropolitana'. O segundo teve lugar em 1957 em Lisboa com o tema 'Questões da industrialização'. Estes Congressos não tiveram, entretanto, continuidade.

Desenvolvimento económico e papel social dos economistas no segundo após guerra do século 20

Como mostram os temas escolhidos para os congressos de 1955 e 1957, a industrialização estava na ordem do dia, e isso correspondia ao arranque definitivo de uma transformação estrutural da economia portuguesa no sentido daquilo que Simon Kuznets denominou o crescimento económico moderno. Essa transformação começou a exigir a assunção de papéis cada vez de mais alto nível pelos profissionais agora tendencialmente denominados economistas, quer nas organizações empresariais, quer na administração pública. Numa breve referência a alguns economistas que exerceram pela primeira vez funções particularmente destacadas neste período, importa mencionar:

- Moses Amzalak (1892-1978), licenciado pelo Instituto Superior de Comércio, empresário e professor do Instituto Superior de Comércio e depois do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, primeiro economista a desempenhar as funções de Reitor de uma universidade, a Universidade Técnica de Lisboa, a princípio interinamente (1947-1956) e depois com nomeação efetiva (1956-1963);

- António Manuel Pinto Barbosa (1918-2006), licenciado e doutor pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, professor do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, depois Instituto Superior de Economia, na Universidade Técnica de Lisboa e mais tarde da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, primeiro economista a ser nomeado Governador do Banco de Portugal (1966-1974). Deve sublinhar-se que foi ele o principal impulsionador em 1949 da reforma dos cursos do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa atrás referida;

- Manuel Jacinto Nunes (1926-2014), licenciado e doutor pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, professor do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, depois Instituto Superior de Economia e Instituto Superior de Economia e Gestão, na Universidade Técnica de Lisboa, primeiro economista a exercer, ainda que interinamente, o cargo de Governador do Banco de Portugal (1963-1966);

- Luís Teixeira Pinto (1927-2012), licenciado, doutor e professor do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, primeiro economista a assumir o cargo de Ministro da Economia (1962-1965);

- Francisco Pereira de Moura (1925-1998), licenciado e doutor pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, professor do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, depois Instituto Superior de Economia e Instituto Superior de Economia e Gestão, na Universidade Técnica de Lisboa, o qual foi o principal divulgador inicial da teoria macroeconómica keynesiana em Portugal e desempenhou também um importante papel cívico liderando em 1969 a lista da Comissão Democrática Eleitoral, na única ocasião em que forças da oposição se apresentaram nas urnas em eleições parlamentares durante o Estado Novo. Depois de 25 de abril de 1974, exerceu os cargos de Ministro sem Pasta (1974 e de novo em 1975) e Ministro dos Assuntos Sociais (1975).

4 – Emergência formal da gestão e enquadramento da profissão na nova república democrática – a Associação Portuguesa de Economistas

Novas escolas de gestão e de economia

Foi na primeira metade da década de 1970 que surgiram em Portugal cursos e escolas superiores formalmente vocacionadas para a gestão, na altura ainda frequentemente designada administração ou organização de empresas. Isso aconteceu com a criação na Universidade Católica Portuguesa da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais (FCEE) em 1971 e com a transformação do Instituto de Estudos Sociais, uma escola de formação de quadros do Ministério das Corporações, no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) em 1972. Não foram estas, aliás, as únicas novas escolas neste domínio do saber criadas neste período. Também em 1972 na Universidade de Coimbra foi criada uma Faculdade de Economia.

A perceção de novas necessidades neste domínio está explícita na justificação apresentada aquando da reforma do ensino superior público da economia e da gestão em 1972:

“[...] os estudos de economia pura e aplicada têm registado extraordinário incremento e despertam um interesse que se vai incessantemente avolumando. § Paralelamente, expande-se a procura de especialistas nestas matérias, para o desempenho de funções específicas e essenciais, quer no setor público, quer no setor privado.”

(do preâmbulo do Decreto-Lei n.º 520/72 de 15 de dezembro de 1972)

Este processo acentuou-se ao longo das décadas seguintes com a criação de bacharelatos, licenciaturas, mestrados e doutoramentos em Economia e em Gestão em dezenas de escolas superiores universitárias e politécnicas, públicas e privadas. Entre elas contam-se:

- algumas escolas privadas criadas na década de 1960, nomeadamente o Instituto Superior de Línguas e Administração e o Instituto de Novas Profissões, que vieram posteriormente a desenvolver o ensino da gestão;
- os Institutos Superiores de Contabilidade e Administração de Lisboa, do Porto, de Coimbra e de Aveiro, os quais resultaram da transformação em 1976 dos Institutos Comerciais das mesmas cidades; estas escolas foram inicialmente integradas no ensino superior politécnico, mas viriam a ser equiparadas às escolas superiores universitárias na sequência da adequação do ensino superior português ao Espaço Europeu de Ensino Superior resultante do chamado processo de Bolonha em finais da primeira década do século 21;
- várias universidades públicas criadas entre meados das décadas de 1970 e de 1980, em alguns casos inicialmente como institutos universitários, as quais criaram escolas ou cursos de economia e de gestão;

- várias universidades privadas criadas entre meados das décadas de 1970 e de 1990 e cujo conjunto sofreu uma reformulação significativa nas duas primeiras décadas do século 21, as quais criaram cursos de gestão e nalguns casos de economia;

- as escolas superiores das forças armadas (Academia Militar, Escola Naval e Academia da Força Aérea), as quais lecionaram desde as suas origens cursos de administração adaptados ao contexto militar; estes cursos vieram a ser encarados como proporcionando uma formação equivalente à das escolas de economia e de gestão.

Como assinalado atrás, encontra-se no anexo 1 uma síntese dos principais dados sobre estas escolas.

O Sindicato dos Economistas e a Associação Portuguesa de Economistas

O novo regime do direito de associação, em particular sindical, estabelecido após a democratização do regime político português, na sequência da revolução de 25 de abril de 1974 e da consolidação da nova república democrática, afetou profundamente a representação profissional dos economistas.

Em 1975, o Sindicato Nacional dos Comercialistas transformou-se no Sindicato dos Economistas, o qual se manteve como representante dos profissionais trabalhadores por conta de outrem, agora sem limitações no que respeita ao setor privado ou público de emprego.

Esta transformação suscitou duas questões de natureza claramente diferente.

Por um lado, verificou-se, na sequência do fim do regime corporativo, uma tendência para a mudança da organização sindical portuguesa de um sindicalismo de profissão para um sindicalismo fundamentalmente de empresa e de setor. A prazo, esta reorganização tendeu a enfraquecer o Sindicato dos Economistas, pelo facto de muitos economistas optarem por não se inscreverem no seu sindicato de profissão, mas antes em sindicatos de setor, especialmente em sindicatos de quadros técnicos, nomeadamente o Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado no caso do setor público. De qualquer modo, o Sindicato dos Economistas continuou a existir até hoje.

Por outro lado, o Sindicato dos Economistas deixou de ser o espaço natural de representação profissional de todos os economistas, independentemente do seu estatuto e vínculo laborais. Para suprir essa lacuna, foi criada em 1976 a Associação Portuguesa de Economistas (APEC).

A APEC afirmou-se rapidamente como a organização de representação profissional dos economistas independentemente da sua situação laboral e a portadora da sua antiga aspiração de reconhecimento do interesse público no desempenho da profissão, através da concessão à organização profissional do estatuto de Ordem.

Esse reconhecimento só se verificou um pouco mais de duas décadas depois. Entretanto, a APEC evidenciou enorme dinamismo, levando a cabo atividades de grande importância para a notoriedade e consolidação do papel social dos economistas.

A APEC aceitou como membros os licenciados nos diversos cursos de economia, de finanças e de gestão que existiam aquando da sua constituição ou que foram sendo criados ao longo da sua existência. Admitiu também a possibilidade de se tornarem membros licenciados nos mesmos domínios no estrangeiro ou, excecionalmente, licenciados noutros domínios com atividade profissional idêntica à dos economistas.

Encontra-se no anexo 3 uma lista dos Presidentes da Direção da APEC.

As direções da APEC integraram desde os primeiros anos um membro residente no Porto. Em 1981, foi criada uma comissão instaladora para uma delegação no Porto, cuja institucionalização se verificou em 1987.

Atividades da Associação Portuguesa de Economistas

As atividades da APEC concretizaram-se em primeiro lugar na organização de reuniões, palestras e ações de formação. Delas destacam-se as Conferências Nacionais de Economistas, os Encontros Nacionais de Economistas e as Semanas do Economista, vocacionadas para a integração de jovens economistas.

As Conferências Nacionais de Economistas realizaram-se a partir de 1982, sempre em Lisboa, com uma periodicidade aproximadamente bienal.

Os Encontros Nacionais de Economistas realizaram-se por regra em anos em que não se realizaram Conferências Nacionais de Economistas, tendo lugar em diversas cidades do país.

Encontra-se no anexo 4 uma síntese de algumas das principais atividades da APEC.

Publicações promovidas pela Associação Portuguesa de Economistas

A APEC promoveu também a criação de publicações dedicadas a temas económicos.

A primeira publicação promovida pela APEC foi O Economista, iniciada em 1981. O Economista incluía notícias da atividade da APEC e textos de discussão da situação económica mundial e de Portugal.

Em 1987, iniciou-se outra publicação apoiada pela APEC, os Cadernos de Economia, englobando a vertente de textos de discussão da situação económica mundial e de Portugal anteriormente incluída em O Economista. Na sequência do aparecimento desta nova publicação, O Economista foi dividido numa separata dos Cadernos de Economia englobando a vertente de notícias da atividade da APEC e num Anuário da Economia Portuguesa, prolongando a vertente de textos de discussão da situação económica, tendencialmente com um balanço da evolução da economia portuguesa durante o ano respetivo.

A publicação dos Cadernos de Economia e do Anuário da Economia Portuguesa foi assegurada pela editora Polimeios. A direção foi sempre assegurada pelo Presidente da Direção da APEC com o apoio de António Ramos Gomes.

O Conselho Nacional das Profissões Liberais

A partir de 1984, realizaram-se regularmente reuniões entre a Ordem dos Advogados, a Ordem dos Engenheiros, a Ordem dos Médicos, a Ordem dos Farmacêuticos, a Sociedade Portuguesa de Ciências Veterinárias, a APEC, a Associação dos Arquitetos Portugueses e a Câmara dos Solicitadores, as quais conduziram à criação em 1989 do Conselho Nacional das Profissões Liberais.

Não pode deixar de ser sublinhada a importância da participação em conjunto nesta iniciativa das ordens tradicionais (advogados, engenheiros e médicos, às quais se tinha juntado a dos farmacêuticos) e de outras associações profissionais como a APEC, abrindo caminho a uma nova consideração do estatuto legal das associações profissionais das atividades tradicionalmente denominadas liberais.

A International Economic Association

Deve ainda ser referida, a nível internacional, a adesão da APEC em 1981 à International Economic Association (IEA). A International Economic Association foi criada em 1950 por iniciativa do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO e tornou-se em 1973 membro federado do Conselho Internacional de Ciências Sociais. Os membros da International Economic Association são associações nacionais de economistas. A International Economic Association procura fomentar a comunicação entre os economistas dos diversos países através dos seus congressos, habitualmente trienais, e de diversas outras iniciativas.

Economistas chefes de Governo e senhoras economistas no Governo

A gradual consolidação do processo do crescimento económico moderno em Portugal ao longo do último quartel do século 20, implicou, como já previra o preâmbulo do Decreto-Lei n.º 520/72 atrás citado, o aumento da importância social dos economistas, em particular através da sua participação na conceção e formulação das políticas públicas e na gestão das empresas.

Entre os sinais desse aumento da importância social dos economistas, pode sublinhar-se o facto de, durante o período agora em consideração, pela primeira vez dois economistas formados no ensino superior português terem assumido a chefia dos governos dos respetivos países. Foi o caso de:

- Aníbal Cavaco Silva (1939), licenciado pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa e doutor pela Universidade de York, o qual foi investigador da Fundação Calouste Gulbenkian, professor do Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade Católica Portuguesa e diretor do Departamento de Estatística e Estudos Económicos do Banco de Portugal. Exerceu o cargo de Ministro das Finanças (1980-1981) e foi o primeiro economista a assumir as funções de Primeiro-Ministro de Portugal (1985-1995).

- Mário Machungo (1940-2020), licenciado pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa, o qual, após ter sido Ministro de várias pastas do governo de Moçambique (1975-1986), foi o primeiro economista a assumir as funções de Primeiro-Ministro de Moçambique (1986-1994).

Pode também sublinhar-se a assunção pela primeira vez de cargos governamentais por senhoras economistas. Foi caso, ao nível de secretária de Estado de

- Maria Manuela Morgado (1937), licenciada pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa, a qual foi Secretária de Estado das Finanças no I Governo Constitucional (1976-1977) e mais tarde Administradora do Banco de Portugal, Presidente do Conselho de Administração do Banco Nacional Ultramarino e Presidente da Direção da APEC;

- Maria Manuela da Silva (1932-2019), licenciada pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa, a qual foi Secretária de Estado do Planeamento do I Governo Constitucional;

e ao nível de ministra de

- Manuela Ferreira Leite (1940), licenciada pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa, a qual foi Ministra da Educação do XII Governo Constitucional e mais tarde Ministra das Finanças do XV Governo Constitucional..

5 – A Ordem dos Economistas

Constituição da Ordem dos Economistas

Em 1998 a Associação Portuguesa de Economistas foi transformada na Ordem dos Economistas, nos termos do Decreto-Lei n.º 174/98 de 27 de junho, publicado ao abrigo de autorização legislativa concedida pela Lei n.º 118/97 de 13 de novembro. Tratou-se, naturalmente, de uma transformação de importância maior enquanto confirmação de relevo económico e social da profissão de economista.

A criação da Ordem dos Economistas implicou a reformulação da definição formal da profissão. De acordo com o Estatuto da Ordem dos Economistas, aprovado pelo mesmo Decreto-Lei:

“[...] designa-se por economista o titular de licenciatura na área da ciência económica inscrito na Ordem como membro efectivo.”

(Estatuto da Ordem dos Economistas aprovado pelo Decreto-Lei n.º 174/98, artigo 3.º)

Por outro lado,

“A actividade e o exercício da profissão de economista materializam-se em análises, estudos, relatórios, pareceres, peritagens, auditorias, planos, previsões, certificações e outros actos, decisórios ou não, relativos a assuntos específicos na área da ciência económica”

(Estatuto da Ordem dos Economistas aprovado pelo Decreto-Lei n.º 174/98, artigo 4.º)

Vale a pena notar que a criação da Ordem dos Economistas fez parte de um processo de alargamento significativo das associações profissionais às quais era atribuído um estatuto de carácter público. Às Ordens dos Advogados (1927), dos Engenheiros (1936), dos Médicos (1938), dos Farmacêuticos (1972) e dos Médicos Veterinários (1991), juntaram-se em 1998 as Ordens dos Enfermeiros, dos Economistas, dos Arquitetos, dos Biólogos e dos Médicos Dentistas e logo no ano seguinte a dos Revisores Oficiais de Contas, mais do que duplicando o número de Ordens (embora uma das novas Ordens, a dos Revisores Oficiais de Contas, tenha sido constituída a partir de uma organização já com estatuto de carácter público).

A Ordem dos Economistas continuou a aceitar como membros os licenciados nos diversos cursos de economia, de finanças e de gestão que tinham existido ou existiam aquando da sua constituição ou que foram sendo criados ao longo da sua existência. Tal como a APEC, admitia também a possibilidade de se tornarem membros licenciados nos mesmos domínios no estrangeiro, embora sob condição de reciprocidade na admissão a organizações profissionais de economistas nos respetivos países. Deixou, todavia, de admitir licenciados noutras domínios com atividade profissional idêntica à dos economistas. Em contrapartida, passou a aceitar como membros os doutores na área da ciência económica. Entretanto, a inscrição na Ordem passou a ser feita, em princípio como membro estagiário, sendo a passagem a membro efetivo realizada após um período de exercício da profissão entre um ano e ano e meio, ou a aquisição de formação complementar a nível de mestrado.

O Conselho da Profissão da Ordem procurou balizar o que deveria ser considerado um curso de licenciatura e um curso de mestrado na área da ciência económica, estabelecendo para o efeito conteúdos mínimos, os quais influenciaram a conceção dos planos de estudos dos cursos de economia e de gestão, também devido à participação da Ordem nos processos de avaliação das escolas e cursos superiores levados a cabo pelo Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior.

A situação modificou-se um pouco na sequência da adequação do ensino superior português ao Espaço Europeu de Ensino Superior resultante do chamado processo de Bolonha em finais da primeira década do século 21. Por um lado, o estabelecimento das condições necessárias para um curso ser considerado como da área da ciência económica passou a ser prerrogativa exclusiva da Direção-Geral do Ensino Superior, por outro, a Ordem dos Economistas deixou de participar nos processos de avaliação levados a cabo pela Agência de Acreditação e Avaliação do Ensino Superior.

Em qualquer caso, os regulamentos internos da Ordem continuam a estipular que “É admitido como membro [...] o indivíduo que seja titular de uma licenciatura e de um mestrado [...] na área das ciências económicas” (Regulamento n.º 311/2016 de 16 de fevereiro, publicado no Diário da República 2.ª série de 24 de março de 2016, artigo 15.º) ou de um doutoramento na mesma área (artigo 14.º do mesmo Regulamento).

Estatutos da Ordem dos Economistas

Como assinalado atrás, além de criar a Ordem dos Economistas, o Decreto-Lei n.º 174/98 de 27 de junho aprovou os seus primeiros estatutos, os quais se mantiveram em vigor até 2015.

De acordo com esses Estatutos, os órgãos nacionais eram a Assembleia Geral, a Direção, presidida pelo Bastonário, o Conselho Fiscalizador de Contas, o Conselho Geral, presidido pelo Bastonário, o Conselho da Profissão, também presidido pelo Bastonário, a Comissão de Disciplina Profissional e os colégios de especialidade, que eram dois, Economia Política e Economia e Gestão Empresariais.

A Lei n.º 6/2008 de 13 de fevereiro estabeleceu um enquadramento legal das associações públicas profissionais, que teria implicado a modificação dos Estatutos da Ordem dos Economistas. Porém, nos termos do n.º 1 do seu artigo 1.º, esse diploma apenas se aplicava às novas associações públicas profissionais, embora, nos termos do n.º 1 do seu artigo 35.º, as associações públicas profissionais existentes pudessem solicitar a submissão ao seu regime. Entretanto, isso não aconteceu com nenhuma delas, em particular com a Ordem dos Economistas.

Só a Lei n.º 2/2013 de 10 de janeiro estabeleceu efetivamente um enquadramento legal para a generalidade das associações públicas profissionais, o que implicou a elaboração de novos estatutos para a Ordem dos Economistas, os quais vieram a ser aprovados pela Lei n.º 101/2015 de 20 de agosto.

De acordo com esses Estatutos, os órgãos nacionais passaram a ser a Assembleia Representativa, a Direção, presidida pelo Bastonário, o Conselho Fiscal, o Conselho Geral, presidido pelo Bastonário, o Conselho da Profissão, também presidido pelo Bastonário, o Conselho de Supervisão e Disciplina e os colégios de especialidade, que passaram a poder ser doze, Economia Política, Economia e Gestão Empresariais, Auditoria, Análise Financeira, Gestão Financeira, Marketing, Estratégia Empresarial, Gestão de Recursos Humanos, Gestão e Consultoria Fiscal, Gestão Pública, Gestão de Insolvências e Recuperação de Empresas e Peritagem e Arbitragem Comercial e Tributária. Na verdade, apenas se constituíram, além dos de Economia Política e de Economia e Gestão Empresariais existentes desde 1999, os colégios de especialidade de Análise Financeira, de Auditoria, de Gestão de Insolvências e Recuperação e de Gestão e Consultoria Fiscal.

Os mesmos Estatutos obrigaram a que, às delegações regionais entretanto constituídas – Norte com sede no Porto (abrangendo os distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Viana do Castelo e Vila Real); Madeira sede no Funchal (abrangendo a Região Autónoma da Madeira); Açores com sede em Ponta Delgada (abrangendo a Região Autónoma dos Açores); e Algarve com sede em Faro (abrangendo o distrito de Faro) – fosse acrescentada uma estrutura regional, denominada do Centro e Alentejo com sede em Lisboa (abrangendo o resto do país).

Novo enquadramento legal das associações públicas profissionais foi estabelecido pela Lei n.º 12/2023 de 28 de março, implicando a aprovação de novos estatutos para a Ordem dos Economistas pela Lei n.º 75/2023 de 18 de dezembro.

De acordo com esses Estatutos, os órgãos nacionais passaram a ser a Assembleia Representativa, a Direção, presidida pelo Bastonário, o Conselho Fiscal, o Conselho Geral, presidido pelo Bastonário, o Conselho da Profissão, também presidido pelo Bastonário, o Conselho de Supervisão, o Conselho de Disciplina e Jurisdição, o Provedor dos Destinatários dos Serviços e os colégios de especialidade, que se mantiveram. A eleição dos novos órgãos nos termos dos Estatutos aprovados pela Lei n.º 75/2023 de 18 de dezembro, os quais entraram em vigor em 1 de março de 2024, deverá decorrer durante este ano.

O anexo 5 apresenta uma lista dos Presidentes das estruturas da Ordem dos Economistas.

Os novos Estatutos da Ordem dos Economistas introduziram ainda novas categorias de membros: os membros estudantes, ainda sem as qualificações necessárias para a admissão como membros estagiários; os membros seniores, membros efetivos com 15 anos de experiência profissional de reconhecido mérito; e os membros conselheiros, membros seniores com pelo menos 25 anos de experiência profissional de reconhecido mérito. Abriu igualmente a possibilidade de atribuição, além do título de membro honorário, já prevista nos Estatutos desde 1998, do título de economista emérito.

O anexo 6 contém a lista das personalidades às quais foi atribuído o título de membro honorário e o anexo 7 contém a lista das personalidades às quais foi atribuído o título de economista emérito pela Ordem dos Economistas.

Os novos Estatutos procuram ainda enquadrar o trabalho das sociedades de profissionais, já regulado pela Lei n.º 53/2015 de 11 de junho alterada pela Lei n.º 64/2023 de 20 de novembro (artigo 12.º da Lei n.º 75/2023), especialmente no contexto da livre prestação de serviços, imposta pelas regras comunitárias da União Europeia.

Uma das consequências da assunção formal de um estatuto de natureza pública foi a participação regular de representantes da Ordem dos Economistas no Conselho Económico e Social de Portugal e no Comité Económico e Social Europeu (CESE) da União Europeia.

Atividades da Ordem dos Economistas

A Ordem dos Economistas promoveu o prolongamento da generalidade das atividades da APEC, nomeadamente em termos de reuniões, palestras e ações de formação. Delas destacam-se naturalmente os Congressos Nacionais de Economistas.

O anexo 8 apresenta uma lista dos Congressos dos Economistas organizados pela Ordem.

Publicações da Ordem dos Economistas

A Ordem dos Economistas manteve também o apoio até 2022 à publicação de O Economista e dos Cadernos de Economia, iniciada pela APEC. Até essa data, a direção dessas publicações continuou a ser assegurada pelos Presidentes da Direção, ou Bastonários, da Ordem.

Em 2023 foi lançado um blogue com textos cuja vocação é a discussão da situação económica mundial e de Portugal que era até então a das publicações referidas.

Entretanto, a comunicação das atividades correntes da Ordem passou a constar de um boletim informativo / newsletter, que foi digitalizado com a criação da estação da Ordem na Internet <<https://www.ordemeconomistas.pt>>.

O Conselho Nacional das Ordens Profissionais

A Ordem dos Economistas continuou a fazer parte do Conselho Nacional das Profissões Liberais. Em 2006, o CNPL foi transformado no Conselho Nacional das Ordens Profissionais, cujos membros eram as Ordens dos Advogados, dos Engenheiros, dos Médicos, dos Farmacêuticos, dos Médicos Veterinários, dos Economistas, dos Arquitetos, dos Médicos Dentistas, dos Biólogos e dos Revisores Oficiais de Contas e a Câmara dos Solicitadores. A elas se juntariam posteriormente as Ordens dos Enfermeiros, dos Notários, dos Psicólogos, dos Técnicos Oficiais de Contas, depois Contabilistas Certificados, dos Nutricionistas, dos Engenheiros Técnicos, dos Despachantes Oficiais, dos Solicitadores e Agentes de Execução, dos Assistentes Sociais e dos Fisioterapeutas.

O anexo 9 apresenta uma cronologia da evolução das ordens profissionais.

Cooperação internacional da Ordem dos Economistas

Em termos de cooperação internacional, importa relevar:

- a continuação da participação na International Economic Association, da qual foi momento excecionalmente importante a realização em Lisboa, em 2002, do 13.º Congresso dessa organização;
- a realização juntamente com o Colegio de Economistas de España de Seminários Ibéricos de Economistas a partir de 2013 com regularidade praticamente anual;
- a realização de fóruns de economistas de países de língua portuguesa, o primeiro em Lisboa em 2019, tendo como tema o papel dos países de língua oficial portuguesa na economia global.

A lista das associações nacionais de economistas membros da International Economic Association encontra-se no anexo 10; a lista dos presidentes e dos congressos da International Economic Association encontra-se no anexo 11; a lista dos seminários ibéricos de economistas encontra-se no anexo 12.

Economistas nas mais altas funções do Estado e no Banco Central Europeu

No período posterior à criação da Ordem dos Economistas, acentuou-se, naturalmente, o papel social dos economistas e gestores. Deve, em especial, ser referido que pela primeira vez economistas assumiram em Portugal os mais altos cargos do Estado. Foi o caso de:

- Aníbal Cavaco Silva (1939), já referido atrás como o primeiro economista a desempenhar o cargo de Primeiro-Ministro e que foi igualmente o primeiro economista a desempenhar o cargo de Presidente da República entre 2006 e 2016;
- Eduardo Ferro Rodrigues (1949), licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, o qual foi o primeiro economista a assumir a presidência da Assembleia da República entre 2019 e 2022.

A nível internacional, não deve ainda ser esquecida a primeira assunção por um economista português de um importante cargo em organizações internacionais, mais precisamente europeias. Foi o caso de:

- Vítor Constâncio (1943), licenciado pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, Secretário de Estado do Planeamento (1974-1975), Secretário de Estado do Orçamento e Plano (1975-1976), Vice-Governador do Banco de Portugal (1977-1978 e 1978-1985, tendo exercido interinamente o cargo de Governador em 1985), Ministro das Finanças (1978), Governador do Banco de Portugal (1985-1986 e 2000-2010) e Vice-Presidente do Banco Central Europeu de (2010-2018).

Conclusão

As páginas anteriores mostram como evoluíram, ao longo do tempo, a profissão de economista, a respetiva formação escolar de base e as associações profissionais dos comercialistas, depois economistas, portugueses. A Ordem dos Economistas é hoje, por um lado na sociedade e na ordem legal portuguesas, por outro lado em termos de ligação internacional com outras associações de economistas, a representante dos economistas e gestores portugueses.

A Ordem dos Economistas está a comemorar em 2023 e 2024 os 25 anos da sua existência. Comemoração que, naturalmente, aponta para o futuro, futuro da economia portuguesa e futuro da profissão de economista. Eis as questões sobre as quais incide a reflexão e a construção prática que os economistas e gestores portugueses e a sua Ordem estão a fazer e certamente continuarão a fazer nos tempos que se avizinham.

Anexo 1 – Cronologia do ensino comercial, de economia, de finanças e de gestão

1759 — Criação da Aula de Comércio (Alvará de 12 de dezembro de 1756).

1844 — Transformação da Aula de Comércio na Secção Comercial do Liceu de Lisboa (Decreto de 20 de Setembro de 1844).

1869 — Integração da Secção Comercial no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa (Decreto de 30 de Dezembro de 1869).

1884 — Criação do Curso Superior de Comércio no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa (Lei de 6 de março de 1884).

1886 — Criação do Instituto Industrial e Comercial do Porto (Decreto de 30 de dezembro de 1886).

1891 — Extinção do Curso Superior de Comércio em Lisboa e no Porto (Decreto de 8 de outubro de 1891).

1896 — Restabelecimento do Curso Superior de Comércio no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa (Lei de 23 de abril de 1896).

1911 — Separação do Instituto Superior de Comércio do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa (Decreto com força de Lei de 23 de maio de 1911).

1918 — Criação do Instituto Superior de Comércio do Porto; separação do Instituto Comercial de Lisboa do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa; separação do Instituto Comercial do Porto do Instituto Industrial e Comercial do Porto (Decreto com força de Lei n.º 5029 de 1 de dezembro de 1918).

1921 — Criação do Instituto Industrial e Comercial de Coimbra (Decreto n.º 7869 de 5 de dezembro de 1921).

1926 — Extinção do Instituto Industrial e Comercial de Coimbra (Decreto n.º 12091 de 10 de agosto de 1926).

1930 — Integração do Instituto Superior de Comércio de Lisboa na Universidade Técnica de Lisboa e sua transformação no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (Decreto com força de Lei n.º 19081 de 2 de dezembro de 1930).

1933 — Extinção do Instituto Superior de Comércio do Porto (Decreto-Lei n.º 22739 de 26 de junho de 1933).

1949 — Reforma do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (Decreto n.º 37584 de 17 de Outubro de 1949).

1953 — Criação da Faculdade de Economia da Universidade do Porto (Decreto n.º 39227 de 28 de maio de 1953).

1962 — Criação do Instituto Superior de Línguas e Administração.

1964 — Criação do Instituto de Novas Profissões. Criação do Instituto Superior Económico e Social de Évora.

1971 — Criação da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa. Criação do Instituto Industrial e Comercial de Coimbra (Decreto-Lei n.º 440/71 de 22 de outubro de 1971). Criação da Secção de Aveiro do Instituto Comercial do Porto (Decreto-Lei n.º 440/71 de 22 de outubro de 1971).

1972 — Criação da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Decreto-Lei n.º 521/72 de 15 de dezembro). Criação do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (Decreto-Lei n.º 522/72 de 14 de dezembro).

1973 — Criação da Universidade do Minho; criação da Universidade de Aveiro; criação da Universidade Nova de Lisboa; criação do Instituto Universitário de Évora; integração do Instituto Superior Económico e Social de Évora no Instituto Universitário de Évora (Decreto-Lei n.º 402/73 de 11 de agosto de 1973).

1974 — Criação do Instituto Comercial de Coimbra a partir do Instituto Industrial e Comercial de Coimbra (Decreto-Lei n.º 830/74 de 31 de dezembro de 1974).

1975 — Criação da Universidade Livre. Criação do Instituto Comercial de Aveiro a partir da Secção de Aveiro do Instituto Comercial do Porto (Decreto-Lei n.º 313/75 de 26 de junho de 1975).

1976 — Criação do Instituto Universitário dos Açores (5/76 de 9 de janeiro de 1976). Transformação dos Institutos Comerciais de Lisboa, do Porto, de Coimbra e de Aveiro nos Institutos Superiores de Contabilidade e Administração de Lisboa, do Porto, de Coimbra e de Aveiro (Decreto-Lei n.º 327/76 de 6 de maio de 1976). Criação do Instituto Universitário da Madeira (Decreto-Lei 664/76 de 4 de agosto de 1976).

1979 — Criação da Universidade do Algarve (Lei n.º 11/79 de 28 de março de 1979). Criação do Instituto Universitário da Beira Interior (Lei n.º 44/79 de 11 de setembro de 1979). Criação do Instituto Universitário de Trás-os-Montes e Alto Douro (Lei n.º 49/79 de 14 de setembro de 1979). Transformação do Instituto Universitário de Évora na Universidade de Évora (Decreto-Lei n.º 482/79 de 14 de dezembro de 1979).

1980 — Transformação do Instituto Universitário dos Açores na Universidade dos Açores (Decreto-Lei 252/80 de 25 de julho de 1980).

1984 — Criação da Universidade Internacional.

1985 — Criação da Universidade Autónoma.

1986 — Encerramento da Universidade Livre. Criação da Universidade Lusíada. Criação da Universidade Portucalense. Transformação do Instituto Universitário de Trás-os-Montes e Alto Douro na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Decreto-Lei n.º 60/86 de 22 de março de 1986). Transformação do Instituto Universitário da Beira Interior na Universidade da Beira Interior (Decreto-Lei n.º 76-B/86 de 20 de abril de 1986).

1988 — Transformação do Instituto Universitário da Madeira na Universidade da Madeira (Decreto-Lei n.º 319-A/88 de 13 de setembro de 1988). Criação da Universidade Aberta (Decreto-Lei 444/88 de 2 de dezembro de 1988).

1993 — Criação da Universidade Independente.

1994 — Criação da Universidade Moderna.

1996 — Criação da Universidade Fernando Pessoa. Criação da Universidade Atlântica.

2004 — Criação da Universidade Lusófona.

2005 — Regime do Espaço Europeu de Ensino Superior (Decreto-Lei n.º 42/2005 de 22 de Fevereiro). Aquisição do Instituto Superior de Línguas e Administração de Lisboa pelo grupo Laureate International Universities.

2007 — Encerramento da Universidade Independente.

2008 — Encerramento da Universidade Moderna.

2009 — Encerramento da Universidade Internacional.

2012 — Aquisição do Instituto Superior de Línguas e Administração com exceção da escola de Lisboa pelo grupo Lusófona.

2013 — Transformação do Instituto Superior de Línguas e Administração de Lisboa na Universidade Europeia.

2019 — Encerramento do Instituto de Novas Profissões.

Anexo 2 – Cronologia das associações profissionais de comercialistas e de economistas

1913 — Criação da Associação dos Comercialistas Portugueses.

1926 — Criação da Associação dos Comercialistas do Norte de Portugal.

1935 — Transformação da Associação dos Comercialistas Portugueses no Sindicato Nacional dos Comercialistas. Extinção da Associação dos Comercialistas do Norte de Portugal.

1941 — Criação da Sociedade de Ciências Económicas.

1948 — Cessação do funcionamento da Sociedade de Ciências Económicas.

1950 — Realização no Porto do 12.º Congresso Internacional de Economistas e do 1.º Congresso da CIADEC (Confédération Internationale des Associations de Diplomés en Sciences Économiques et Commerciales).

1952 — Não homologação dos órgãos do Sindicato Nacional dos Comercialistas.

1955 — Congresso dos Economistas organizado pelo Centro de Estudos Económicos do Instituto Nacional de Estatística e pela Associação Industrial Portuguesa em Luanda com o tema 'Problemas da industrialização metropolitana'.

1957 — Congresso dos Economistas organizado pelo Centro de Estudos Económicos do Instituto Nacional de Estatística e pela Associação Industrial Portuguesa em Lisboa com o tema 'Questões da industrialização'.

1973 — Homologação dos órgãos do Sindicato Nacional dos Comercialistas.

1975 — Transformação do Sindicato Nacional dos Comercialistas no Sindicato dos Economistas.

1976 — Criação da Associação Portuguesa de Economistas.

1981 — Adesão da Associação Portuguesa de Economistas à International Economic Association.

1983 — Início da publicação de O Economista.

1987 — Início da publicação dos Cadernos de Economia.

1989 — Criação do Conselho Nacional das Profissões Liberais com participação da Associação Portuguesa de Economistas.

1998 — Transformação da Associação Portuguesa de Economistas na Ordem dos Economistas pelo Decreto-Lei n.º 174/98 de 27 de Junho.

2002 — Realização em Lisboa do 13.º Congresso da International Economic Association.

2006 — Transformação do Conselho Nacional das Profissões Liberais no Conselho Nacional das Ordens Profissionais com participação da Ordem dos Economistas.

2015 — Novos Estatutos da Ordem dos Economistas aprovados pela Lei n.º 101/2015 de 20 de agosto.

2023 — Novos Estatutos da Ordem dos Economistas aprovados pela Lei 75/2023 de 18 de dezembro.

Anexo 3 – Presidentes da Direção da Associação Portuguesa de Economistas

1976 — Joaquim Vicente Pinto (Presidente da Comissão Instaladora)

1977 — Joaquim Vicente Pinto

1981 — José Andrade Soares

1983 — Maria Manuela Morgado

1987 — José Almeida Serra

1990 — Maria Manuela Morgado

1997 — Artur Alves Conde

Anexo 4 — Síntese de Conferências, Encontros e Congressos Nacionais de Economistas organizadas pela APEC

ANO	DESIGNAÇÃO E LOCAL	TEMA
1978	Encontro — Lisboa	O setor empresarial do Estado
1982	Conferência — Lisboa	Estratégias de desenvolvimento para Portugal
1983	Encontro — Porto	Perspetivas do desenvolvimento industrial português
1984	Conferência — Lisboa	Modernização da economia portuguesa
1987	Congresso — Lisboa	O economista no quadro da CEE
1989	Conferência — Lisboa	O Mercado Único
1991	Conferência — Lisboa	Inovação e desenvolvimento tecnológico — Competitividade da economia portuguesa
1993	Conferência — Lisboa	Convergência da economia portuguesa – as políticas e os agentes
1997	Conferência — Lisboa	O emprego e a modernização da economia

Anexo 5 – Presidentes das estruturas da Ordem dos Economistas

Órgãos nacionais

ANO	1998 COMISSÃO INSTALADORA 1999 DIREÇÃO — BASTONÁRIO	1999 ASSEMBLEIA GERAL 2015 ASSEMBLEIA REPRESENTATIVA	1999 CONSELHO FISCALIZADOR DE CONTAS 2015 CONSELHO FISCAL	1999 COMISSÃO DE DISCIPLINA PROFISSIONAL 2015 CONSELHO DE SUPERVISÃO E DISCIPLINA
1998	Artur Alves Conde	—	—	—
1999	António Simões Lopes	Ernâni Rodrigues Lopes	Vítor Pereira Dias	Maria Manuela Morgado
2002	António Simões Lopes	Ernâni Rodrigues Lopes	Rui Carp	Herlânder Estrela
2005	Francisco Murteira Nabo	António Simões Lopes	Moisés Cardoso	René Cordeiro
2008	Francisco Murteira Nabo	António Simões Lopes	António de Sousa	René Cordeiro
2011	Rui Leão Martinho	Francisco Murteira Nabo	Carlos Loureiro	Eduardo Farinha
2015	Rui Leão Martinho	Francisco Murteira Nabo	Carlos Loureiro	Franquelim Alves
2018	Rui Leão Martinho	Francisco Murteira Nabo	Carlos Loureiro	Carlos Queirós
2021	António Mendonça	Francisco Murteira Nabo	Manuel Boto	Adriano Pimpão

Conselhos de Especialidade

ANO	ECONOMIA POLÍTICA	ECONOMIA E GESTÃO EMPRESARIAIS	ANÁLISE FINANCEIRA	AUDITORIA	GESTÃO DE INSOLVÊNCIAS E RECUPERAÇÃO	GESTÃO E CONSULTORIA FISCAL
1999	Rui Carp	Eduardo Catroga	—	—	—	—
2002	Rui Carp	Eduardo Catroga	—	—	—	—
2005	Vítor Constâncio	Rui Leão Martinho	—	—	—	—
2008	Vítor Constâncio	José Silveira Godinho	—	—	—	—
2011	Ernâni Lopes (faleceu; substituído por Nuno Valério)	Eduardo Catroga	—	—	—	—
2015	Mário Abreu	Mário Adegas	João Cantiga Esteves	Fátima Geada	—	—
2018	Mariana Abrantes de Sousa	José Poças Esteves	Manuel Puerta da Costa	Fátima Geada	Jorge Calvete	—
2021	Joaquim Ramos Silva	José Augusto Gomes	Nuno Domingues	Filipe Pontes	Luís Cachudo Nunes	Carlos Loureiro

Delegação regional do Norte

ANO	PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA REGIONAL	PRESIDENTE DO SECRETARIADO REGIONAL 2015 PRESIDENTE DA DIREÇÃO REGIONAL
2003	José Silva Costa	Carlos Soares
2006	Manuel Oliveira Marques	José Soares
2009	Manuel Oliveira Marques	José Soares
2012	José Soares	António Cunha
2015	Rui Rio	António Cunha
2018	Rui Rio	António Cunha
2021	Ana Paula Delgado	Jorge Ferreira Dias

Delegação regional da Madeira

ANO	PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA REGIONAL	PRESIDENTE DO SECRETARIADO REGIONAL 2015 PRESIDENTE DA DIREÇÃO REGIONAL
2004	Pedro Telhado Pereira	Carlos Pereira
2007	José Correia	António Jesus
2011	José Correia	António Jesus
2015	António Jesus	Marco Barreto
2018	João Gouveia	Paulo Jardim Pereira
2021	João Gouveia	Paulo Jardim Pereira

Delegação regional dos Açores

ANO	PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA REGIONAL	PRESIDENTE DO SECRETARIADO REGIONAL 2015 PRESIDENTE DA DIREÇÃO REGIONAL
2004	Berta Cabral	Mário Fortuna
2008	Berta Cabral	Mário Fortuna
2011	Maria José Gil	Ricardo Costa
2015	Maria José Gil	Ricardo Costa
2018	Maria José Gil	Flávio Tiago
2021	José Monteiro da Silva	Francisco Bettencourt

Delegação regional do Algarve

ANO	PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA REGIONAL	PRESIDENTE DA DIREÇÃO REGIONAL
2015	Francisco Severino	Pedro Pimpão
2018	João Calçada Correia	Luís Serra Coelho
2021	Maria José Encarnação	Luís Serra Coelho

Delegação regional do Centro e Alentejo

ANO	PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA REGIONAL	PRESIDENTE DA DIREÇÃO REGIONAL
2018	José Pires Manso	António Mendonça
2021	Carlos Fonseca	Ana Brochado

Anexo 6 – Membros honorários da Ordem dos Economistas

- António Manuel Pinto Barbosa (1918-2006)
- Bento Murteira (1924-2018)
- Manuel Jacinto Nunes (1926-2014)
- António Simões Lopes (1934-2012)
- Rui Nabeiro (1931-2023)
- Dionísio Pestana (1952)

Anexo 7 – Títulos de economista emérito atribuídos pela Ordem dos Economistas

- Manuela Morgado
- Francisco Murteira Nabo
- Miguel Cadilhe
- Manuela Ferreira Leite
- Eduardo Catroga
- Augusto Mateus
- João Ferreira do Amaral
- José Manuel Monteiro da Silva
- Adriano Pimpão

Anexo 8 — Congressos dos Economistas organizados pela Ordem

1.º Congresso – Porto, 27, 28 e 29 de outubro de 2005.

2.º Congresso – Lisboa, 11 e 12 de outubro de 2007.

3.º Congresso – Funchal, 2009.

4.º Congresso – Lisboa, 19 20 e 21 de outubro de 2011. Tema — Portugal 2020 – o nosso país no contexto global

5.º Congresso – Lisboa, 8 e 9 de outubro de 2013. Tema — Reinventar Portugal na nova economia global

6.º Congresso – Lisboa, 8 e 9 de julho de 2015. Tema — Portugal na encruzilhada da Europa: as empresas e o futuro da economia

7.º Congresso – Lisboa, 12 e 13 de outubro 2017. Tema — Globalização, protecionismo e o futuro da Europa

8.º Congresso – Lisboa, 9 e 10 de julho 2019. Tema — Portugal 2030: tecnologia, demografia, economia e globalização

9.º Congresso – Lisboa, 23 novembro 2021. Tema — Portugal – a recuperação, as pessoas, as empresas e o Estado

10.º Congresso – Lisboa, 25 e 26 de outubro 2023. Tema — Portugal e os desafios do presente: o papel dos economistas e gestores

Anexo 9 – Cronologia da evolução das ordens profissionais

ORDEM	CRIAÇÃO	ORGANIZAÇÕES ANTERIORES
Advogados	1926 — DL 11715 de 12 de junho	
Engenheiros	1936 — DL 27288 de 24 de novembro	
Médicos	1938 — DL 29171 de 24 de novembro	1898 Associação dos Médicos Portugueses
Farmacêuticos	1972 — DL 334/72 de 23 de agosto	1838 Sociedade Farmacêutica Lusitana 1935 Sindicato Nacional dos Farmacêuticos
Médicos Veterinários	1991 — DL 368/91 de 4 de outubro	1902 Sociedade Portuguesa de Ciências Veterinárias 1944 Sindicato Nacional dos Médicos Veterinários
Enfermeiros	1998 — DL 104/98 de 21 de abril	
Economistas	1998 — DL 174/98 de 27 de junho	1976 Associação Portuguesa de Economistas
Arquitetos	1998 — DL 176/98 de 3 de julho	1863 Real Associação de Arquitetos Civis Portugueses 1902 Sociedade dos Arquitetos Portugueses 1933 Sindicato Nacional dos Arquitetos 1978 Associação dos Arquitetos Portugueses
Biólogos	1998 — DL 183/98 de 4 de julho	1987 Associação Portuguesa de Biólogos
Médicos Dentistas	1998 — Lei 82/98 de 10 de dezembro	1991 Associação Profissional dos Médicos Dentistas
Revisores Oficiais de Contas	1999 — DL 487/99 de 16 de novembro	1974 Câmara dos Revisores Oficiais de Contas
Notários	2004 — DL 27/2004 de 4 de fevereiro	
Psicólogos	2008 — Lei 57/2008 de 4 de setembro	
Ordem dos Contabilistas Certificados	2009 — DL 310/2009 de 26 de outubro como Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas denominação atual pela Lei 139/2015 de 7 de setembro	1995 Associação dos Técnicos Oficiais de Contas 1999 Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas
Nutricionistas	2010 — Lei 51/2010 de 14 de dezembro	1982 Associação Portuguesa de Nutricionistas
Engenheiros Técnicos	2011 — Lei 47/2011 de 27 de junho	1999 Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos
Despachantes Oficiais	2013 — Lei 2/2013 de 10 de janeiro	1945 Câmara dos Despachantes Oficiais
Solicitadores e Agentes de Execução	2015 — Lei 154/2015 de 14 de setembro	1927 câmaras de solicitadores de Lisboa, Porto e Coimbra 1944 Câmara dos Solicitadores única
Assistentes Sociais	2019 — Lei 121/2019 de 25 de setembro	
Fisioterapeutas	2019 — Lei 122/2019 de 25 de setembro	1998 Associação Portuguesa de Fisioterapeutas

Anexo 10 – Associações nacionais de economistas membros da International Economic Association

África do Sul — Economic Society of South Africa

EU América — American Economic Association

Argentina — Asociación Argentina de Economía Política

Austrália — The Economic Society of Australia

Bangladexe — Bangladesh Economic Association

Bolívia — Sociedad de Economistas de Bolivia

Chile — Sociedad de Economía de Chile

Chipre — Cyprus Economic Society

Colômbia — Academia Colombiana de Ciencias Económicas

Croácia — Croatian Economic Association

Escócia — Scottish Economic Society

Eslováquia — Slovak Economic Association

Espanha — Consejo General de Colegios de Economistas de España

Etiópia — Ethiopian Economic Association

Filipinas — Philippine Economic Association

Finlândia — Academy of Finland

RU Grã-Bretanha e Irlanda do Norte — Royal Economic Society

Hong Kong — Hong Kong Economic Association

Hungria — Magyar Kozg.Tars

Índia — The Indian Economic Association

Irlanda — Irish Economic Association

Israel — The Israel Economic Association

Itália — Società Italiana di Economia

Japão — Science Council of Japan

Noruega — Statsøkonomisk Forening

Paquistão — Pakistan Society of Development Economics

Panamá — Colegio de Economistas de Panama

Polónia — Polish Economic Society

Portugal — Ordem dos Economistas

Roménia — Asociaia Generală Economistilor din România

Rússia — Novai Ekonomiseskai Assoiciacia

Sérvia — Serbian Association of Economists

Singapura — Economic Society of Singapore

Sri Lanca — Sri Lanka Economic Association

Suíça — Swiss Society of Economics and Statistics

Tunísia — Association des Economistes Tunisiens

Turquia — Turkish Economic Association

Uruguai — Sociedad de Economistas de Uruguay

Vietname — Vietnam Economic Association

Zâmbia — Economics Association of Zambia

Anexo 11 – Presidentes e congressos da International Economic Association

ANO	PRESIDENTE	CONGRESSO — LOCAL E TEMA
1950	Joseph Schumpeter (faleceu) Gottfried Haberler	
1953	Howard S. Ellis	
1956	Erik Lindahl	Roma — Stability and Progress in the World Economy
1959	E. A. G. Robinson	
1962	G. Ugo Papi	Viena
1965	Paul A. Samuelson	
1968	Erik Lundberg	Montreal — International Economic Relations
1971	Fritz Machlup	
1974	Edmond Malinvaud	Budapeste — Economic Integration: Worldwide, Regional, Sectoral
1977	Shigeto Tsuru	Tóquio — Economic Growth and Resources
1980	Victor L. Urquidi	México — Human Resources, Employment and Development
1983	Kenneth J. Arrow	Madrid — Structural Change, Economic Interdependence and World Development
1986	Amartya Sen	Nova Deli — The Balance between Industry and Agriculture in Economic Development
1989	Anthony B. Atkinson	Atenas — Issues in Contemporary Economics
1992	Michael Bruno	Moscovo — Economics in a Changing World
1995	Jacques Dreze	Túnis — Contemporary Economic Issues
1999	Robert M. Solow	Buenos Aires — Global Inequality. Where are we and where are we headed ? Advances
2002	Janos Kornai	Lisboa — The past and future of the European Union — The role of foreign direct investment and the regulation of multinational corporations in economic development — Social expenditure income differentials and growth — The relation between structural reforms and macroeconomic policy
2005	Guillermo Calvo	Marraquexe — New trends in economics: understanding the great changes in the world. Economic reforms in Morocco
2008	Masahiko Aoki	Istambul — The Challenge of Globalisation
2011	Joseph Stiglitz	Pequim — Approaches to the Evolving World Economy
2014	Tim Besley	Mar Morto
2017	Kaushik Basu	México — Globalization, Growth and Sustainability
2021	Dani Rorik	Bali (virtual) — Equity, Sustainability and Prosperity in a Fractured World
2023	Elhanan Helpman (eleito para 2026 Eric Maskin)	Medelim — World Economy at a Turning Point ? Conflict, Fragmentation, and Divergence

Anexo 12 – Seminários Ibéricos de Economistas

I – 2013 – Madrid

II – 2014 – Lisboa

III – 2015 – Barcelona

IV – 2016 – Lisboa

V – 2017 – Córdoba

VI – 2018 – Porto

VII – 2019 – Madrid — O mundo panibérico: um novo ator no contexto da globalização.

VIII – 2021 – Lisboa

IX – 2022 – Madrid

X – 2023 – Lisboa — As relações ibéricas no contexto atual: desafios e oportunidades.

Fontes

Arquivo da Ordem dos Economistas

= os autores agradecem ao pessoal do aparelho da Ordem dos Economistas, em particular à Sónia Nascimento e à Helena Martins, todo o apoio prestado na consulta desse Arquivo =

Dados fornecidos por colegas membros da Ordem dos Economistas

- Carlos Pereira Martins
- Fernanda Matias
- Guilherme Vaz
- Hélder Oliveira
- Mário Abreu
- Mário Valadas
- Nuno Ivo Gonçalves
- Teolinda Portela
- Vítor Pereira Dias

Dados fornecidos pelo dr. Pedro Meireles, antigo assessor jurídico da Ordem dos Economistas, e pelo dr. Pedro Barros, assessor jurídico da Ordem dos Economistas.

= os autores agradecem a disponibilidade mostrada pelo colega Moisés Cardoso para uma entrevista no contexto da preparação deste trabalho, disponibilidade que não foi possível aproveitar por razões de agenda =

Bibliografia

Páginas na Internet

- Ordem dos Economistas — <https://ordemeconomistas.pt>
- Sindicato dos Economistas — <https://sindicatodoseconomistas.pt>

Publicações

- Ana Bela Nunes, Carlos Bastien, Nuno Valério, Sandra Domingos Costa, Vera Barros, ISEG: 100 anos a pensar no futuro. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão, 2011.
- Ana Tomás, Nuno Valério, “111 anos do ISEG na sociedade portuguesa”, em Carlos Bastien, Eduardo Catroga e Maria Rosa Borges (organizadores), 111 anos: por onde andou e por onde vai a economia portuguesa ?. Coimbra: Almedina, 2023, páginas 39-57.
- Carlos Bastien, “Para a história das ideias económicas no Portugal contemporâneo: a crise dos anos 1945-1954”. Dissertação de doutoramento apresentada no Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, 1989.
- Carlos Manuel da Silva Gonçalves, Emergência e consolidação dos economistas em Portugal. Porto: Afrontamento, 2006.
- José Luís Cardoso, António Almodôvar, José Brandão de Brito, Carlos Bastien, Jorge Pedreira, Dicionário histórico de economistas portugueses, Lisboa: Temas e Debates, 2001.
- 50 anos da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra 1972-2022. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2023.

